

CPCI DEFENDE TAXA liberatória no arrendamento

Imobiliário

Num momento em que a Assembleia da República discute a Proposta de Orçamento do Estado para 2012, a CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, remeteu para o Governo e para os grupos parlamentares a sua tomada de posição sobre este documento, na qual, de acordo com o presidente da Confederação, Reis Campos, "são enunciadas as medidas imprescindíveis para consagrar no

Orçamento está exclusivamente orientada para as contas públicas, sendo omissa no que se refere a medidas direccionadas para a economia, para o tecido empresarial e, em especial, para a manutenção do emprego".

Para além de outras propostas apresentadas pela Confederação, evidencia-se a necessidade de dinamização dos mercados do Arrendamento e da Reabilitação Urbana, pelo que foi elaborado um estudo, "com o qual quantificamos, do ponto de vista da

ESTUDO DA CPCI DEMONSTRA QUE É POSSÍVEL TORNAR ATRACTIVO O ARRENDAMENTO E OBTER GANHOS AO NÍVEL DA RECEITA FISCAL

OE 2012, tendo em vista dinamizar a economia e o emprego, mediante a mobilização de um sector que representa cerca de um quinto do PIB e 16% do emprego nacional".

Para a CPCI que, na passada terça-feira, reuniu o Conselho de Presidentes, "a proposta de

receita fiscal e do emprego, os impactos positivos decorrentes da adopção de uma taxa liberatória aplicável, em sede de IRS, aos rendimentos do arrendamento, permitindo-lhe competir com outros investimentos, muito menos atractivos para o Estado e pouco eficazes na promoção



de uma dinâmica económica capaz de gerar crescimento e emprego".

Para além da agilização dos processos de despejo este é, de facto, um aspecto crucial, "sem o qual, não será possível a revitalização da reabilitação urbana e do arrendamento, deixando de fazer sentido todas as outras medidas que possam ser implementadas,

com vista à concretização deste objectivo", concluiu Reis Campos, que se mostrou convicto de que o governo não poderá ignorar os efeitos que a criação da taxa liberatória poderá desencadear junto dos potenciais investidores e, sobretudo, o consequente aumento da receita fiscal", que a CPCI "estima poder superar os mil milhões de euros".

Trata-se, assim, de uma medida fundamental para eliminar o "desajustamento que continua a existir, entre a oferta e a procura de arrendamento e igualmente essencial para dinamizar a reabilitação urbana, o que pode significar a possibilidade de manutenção de 110 mil empregos directos no sector". ■



AICCOPN

Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

www.aiccopn.pt

Sede: Rua Álvares Cabral, 306 4050 - 040 PORTO
Tel: 22 340 22 00 Fax: 22 340 22 97 E-mail: geral@aiccopn.pt



EMPRESA - Gabinete de Apoio à Criação de Empresas

Dê o primeiro passo na criação da sua empresa com a AICCOPN e nós percorremos o caminho consigo

Apoio na Constituição de Sociedade, Título de Registo e Alvará on-line, Informação sobre Apoios/Incentivos, ...
Custo total, 75,00€ - Gratuito mediante inscrição na AICCOPN.

PUBLICIDADE

